LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná

gazetadoparana.com.br

Publicidade Legal

Edição 11.145 // Fechamento 13h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

SEGUNDA-FEIRA // 5.10.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

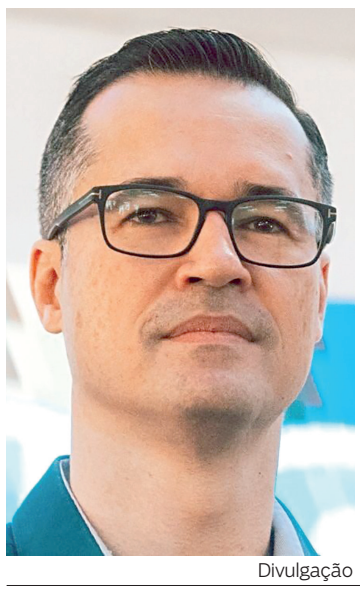
Novo governador

Nariman Bark

SERGIO MORO É ELEITO GOVERNADOR DO PARANÁ NO PRIMEIRO TURNO

- Senador chega ao Palácio Iguaçu após uma campanha marcada pela disputa com Sandro Alex e Requião Filho e uma apuração no limite
- A apuração transformou a eleição paranaense em uma disputa contra a casa decimal. Moro permaneceu pouco acima dos 50% dos votos válidos
- Sergio Moro assumirá o governo do Paraná em 1º de janeiro de 2027 para um mandato de quatro anos. A vitória encerra oito anos de Ratinho Junior no comando estadual

Público pág. 3



Divulgação

No Senado
Deltan é eleito senador, mas vaga depende do TSE

Deltan Dallagnol (Novo) foi eleito senador pelo Paraná neste domingo (4), conquistando nas urnas uma das duas cadeiras. A eleição, porém, carrega uma situação jurídica incomum. Os votos recebidos por Deltan estão sendo processados e considerados na apuração por determinação do presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques. Público • P.6

Divulgação

Os derrotados
Eleição deixa nomes conhecidos sem mandato

As eleições não definiram apenas quem ocupará as cadeiras do Paraná na Câmara dos Deputados e na Alep a partir de 2027. Mas deixaram nomes conhecidos de fora. Estão entre eles o ex-governador Beto Richa, o deputado estadual Márcio Pacheco, o presidente da Alep, Alexandre Curi, além de Requião Filho, Sandro Alex e Dilceu Sperafico. Público • P.4

FLÁVIO LEVA DISPUTA AO SEGUNDO TURNO

Divulgação/Montagem Gazeta

Flávio Bolsonaro x Lula?

- A eleição presidencial de 2026 terminou o primeiro turno com uma inversão em relação ao cenário desenhado pelas principais pesquisas da reta final. Flávio Bolsonaro (PL) avançou ao segundo turno numericamente à frente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e chegou, durante a apuração, a flertar com uma vitória ainda no primeiro turno. Com 98,69% dos votos totalizados, Flávio aparecia com 47,26% dos votos válidos, contra 44,89% de Lula. A diferença era de 2,37 pontos percentuais. Nenhum dos dois, portanto, alcançou a maioria absoluta necessária para encerrar a eleição neste domingo. O segundo turno será disputado em 25 de outubro. Mais do que definir os dois finalistas, as urnas deixaram sinais importantes sobre o comportamento do eleitorado brasileiro e sobre o cenário que as duas campanhas encontrarão nas próximas três semanas. Se havia expectativa de que uma candidatura alternativa pudesse quebrar a polarização que marcou as eleições presidenciais anteriores, as urnas apontaram na direção oposta. Somados, Flávio Bolsonaro e Lula concentraram mais de 92% dos votos válidos. Público • P.2

No Senado
Filipe Barros é eleito senador pelo Estado do Paraná

Filipe Barros (PL) foi eleito senador pelo Paraná neste domingo (4). Deputado federal em segundo mandato, o londrinense conquistou uma das duas cadeiras paranaenses em disputa no Senado. A vitória leva Barros para um mandato de oito anos, entre 2027 e 2035, e ocorre em uma eleição particularmente importante para a composição do Senado. Público • P.6

14 deputados
PL e PSD terão as maiores bancadas na Assembleia

A nova composição da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) começa a tomar forma após a eleição deste domingo (4). Com a apuração praticamente concluída, PL e PSD aparecem como as duas maiores forças da Casa, com 14 deputados estaduais eleitos cada. Juntos, os dois partidos ocuparão 28 das 54 cadeiras da Alep. Público • P.4

Público

Eleição presidencial Senador Flávio Bolsonaro chegou a ultrapassar 50% durante a apuração e contrariou levantamentos que apontavam Lula na liderança; segundo turno será disputado em 25 de outubro

Flávio supera pesquisas leva disputa presidencial ao segundo turno

As urnas produziram o movimento contrário. Flávio não apenas ultrapassou Lula como terminou a noite à frente por mais de dois pontos percentuais

Flávio Bolsonaro e Lula vão se enfrentar no segundo turno Divulgação/Montagem Gazeta

DA REDAÇÃO
Cascavel

●A eleição presidencial de 2026 terminou o primeiro turno com uma inversão em relação ao cenário desenhado pelas principais pesquisas da reta final. Flávio Bolsonaro (PL) avançou ao segundo turno numericamente à frente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e chegou, durante a apuração, a flertar com uma vitória ainda no primeiro turno.

Com 98,69% dos votos totalizados, Flávio aparecia com 47,26% dos votos válidos, contra 44,89% de Lula. A diferença era de 2,37 pontos percentuais. Nenhum dos dois, portanto, alcançou a maioria absoluta necessária para encerrar a eleição neste domingo. O segundo turno será disputado em 25 de outubro. Mais do que definir os dois finalistas, as urnas deixaram sinais importantes sobre o comportamento do eleitorado brasileiro e sobre o cenário que as duas campanhas encontrarão nas próximas três semanas.

Urnas inverteram as pesquisas

A primeira surpresa está na ordem de chegada. As pesquisas publicadas imediatamente antes da eleição apontavam Lula numericamente à frente. O Datafolha divulgado na véspera da votação mostrava o presidente com 45% dos votos válidos e Flávio Bolsonaro com 42%. Os dois estavam tecnicamente empatados dentro da margem de erro, mas Lula mantinha vantagem numérica. Outros levantamentos da reta final também mostravam uma disputa apertada, porém com o petista na primeira colocação. As urnas produziram o movimento contrário. Flávio não apenas ultrapassou Lula como terminou a noite à frente por mais de dois pontos percentuais.

O resultado remete ao ocorrido em 2022, quando pesquisas da véspera também subestimaram o desempenho de Jair Bolsonaro no primeiro turno. Desta vez, porém, a diferença foi suficiente para inverter a ordem dos dois primeiros colocados.

Flávio chegou a passar dos 51%

A própria trajetória da apuração produziu outra história dentro da eleição. Desde os primeiros boletins totalizados, Flávio Bolsonaro apareceu na liderança. Com apenas 1,51% das urnas contabilizadas, tinha 49,17%, enquanto Lula registrava 42,18%. Às 18h, quando a totalização alcançou 12,54%, Flávio chegou a 51,09%. Quinze minutos depois, estava com 51,22%, contra 40,66% de Lula. Por algumas horas, portanto, a questão deixou de ser apenas quem terminaria na primeira colocação e passou a ser se haveria segundo turno.

O cenário começou a mudar conforme avançou a totalização. Quando 64,81% das urnas estavam computadas, Flávio caiu para 49,58%. A entrada de novos votos reduziu gradativamente o percentual do candidato e afastou a possibilidade de encerramento da disputa neste domingo.

> **O primeiro turno resolveu quem continua na disputa. Não resolveu a divisão política que voltou a dominar a eleição brasileira. Em 25 de outubro, Lula e Flávio Bolsonaro voltarão às urnas, desta vez sem outros candidatos entre eles**

Polarização

Se havia expectativa de que uma candidatura alternativa pudesse quebrar a polarização que marcou as eleições presidenciais anteriores, as urnas apontaram na direção oposta. Somados, Flávio Bolsonaro e Lula concentraram mais de 92% dos votos válidos. Todos os demais candidatos dividiram menos de 8%. Augusto Cury (Avante), Ronaldo Caiado (PSD) e Renan Santos (Missão), principais nomes do segundo pelotão, ficaram muito distantes dos dois líderes.

Na prática, a eleição presidencial brasileira voltou a se organizar em torno de dois grandes campos políticos. Mudou um dos protagonistas: Jair Bolsonaro, que enfrentou Lula em 2022, deu lugar ao filho Flávio. A estrutura da disputa, porém, permaneceu fortemente concentrada nos dois polos.

O desempenho reduz também o tamanho do eleitorado diretamente disponível entre os candidatos derrotados. Diferentemente de eleições em que um terceiro colocado reúne uma parcela expressiva dos votos e se torna peça central das negociações do segundo turno, desta vez o contingente precisa ser buscado em diferentes candidaturas, além dos eleitores que votaram em branco, anularam ou não compareceram.

Lula chega atrás ao segundo turno

O resultado muda o ponto de partida da próxima etapa da campanha. Lula chegou ao primeiro turno liderando numericamente a maior parte das pesquisas da reta final, mas inicia a nova disputa atrás de Flávio Bolsonaro no resultado das urnas. O presidente terá três semanas para ampliar sua votação principalmente entre os eleitores que escolheram candidatos eliminados e entre aqueles que não compareceram. Flávio, por sua vez, entra no segundo turno carregando a condição de candidato mais votado da primeira etapa, mas sem ter conseguido transformar o forte desempenho observado no início da apuração em maioria absoluta.

Há ainda um universo importante de eleitores que não participou da votação deste domingo. O comparecimento no segundo turno independe da participação no primeiro, o que significa que quem se absteve agora poderá votar normalmente em 25 de outubro.

Também começa uma nova disputa por apoios. Partidos e candidatos eliminados terão de decidir se aderem formalmente a Lula ou Flávio, liberam suas bases ou permanecem neutros. Com mais de 92% dos votos já concentrados nos dois finalistas, porém, a eleição poderá depender menos de grandes transferências partidárias e mais da capacidade de cada campanha de conquistar pequenas parcelas espalhadas pelo eleitorado.

Uma disputa diferente

A eleição chega, portanto, ao segundo turno em condições diferentes das imaginadas até poucas horas antes da abertura das urnas. Na véspera, a discussão estava concentrada na vantagem numérica de Lula nas pesquisas e no tamanho da aproximação de Flávio Bolsonaro. Ao fim da votação, as posições se inverteram: é Flávio quem entra na segunda etapa depois de receber mais votos no primeiro turno.

A distância, porém, permanece pequena. Menos de três pontos percentuais separavam os candidatos com praticamente toda a votação contabilizada, abrindo uma nova campanha em que cada movimento em busca dos eleitores que ficaram fora dos dois grandes campos poderá ganhar peso.

Chiquini é o mais votado do Paraná; veja os 30 deputados federais eleitos

Candidato do Novo ultrapassa 424 mil votos e lidera votação para a Câmara; Brasil da Esperança e União Progressista conquistam as maiores bancadas, com seis cadeiras cada

Da Redação
Cascavel

●O Paraná definiu neste domingo (4) os 30 deputados federais que representarão o estado na Câmara dos Deputados a partir de 2027. Jeffrey Chiquini, do Novo, foi o grande destaque da disputa e terminou como o candidato mais votado para o cargo no estado, ultrapassando a marca de 424 mil votos. Com 99,47% das seções totalizadas no momento da consulta aos dados da Justiça Eleitoral, Chiquini aparecia com 424.070 votos. O segundo colocado na votação nominal também era do Novo: Guilherme Kilter, com 269.119 votos. Sargento Fahur, do PL, aparecia na sequência, com 241.896.

Jeffrey Chiquini foi o deputado federal mais votado Rodrigo Fonseca/CMC

A votação individual, no entanto, não é suficiente para definir os eleitos para a Câmara. Diferentemente das disputas para governador e senador, a eleição para deputado federal segue o sistema proporcional. As cadeiras são inicialmente distribuídas entre partidos e federações de acordo com o desempenho das legendas e, depois, ocupadas pelos candidatos conforme as regras eleitorais.

A maior representação do Paraná ficou dividida entre duas forças políticas. A Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PV e PCdoB, conquistou seis das 30 cadeiras. Foram eleitos Ana Júlia, Zeca Dirceu, Aliel Machado, Renato Freitas, Carol Dartora e Arilson Chiorato.

A Federação União Progressista, formada por União Brasil e PP, também ficou com seis vagas. A bancada será composta por Delegado Matheus Laiola, Ricardo Barros, Paulo Litro, Tião Medeiros, Toninho Wandscheer e Marcelo Belinati. O PL conquistou cinco cadeiras. Foram eleitos Sargento Fahur, Rosangela Moro, Vermelho, Delegado Francischini e Ricardo Arruda.

Novo

Embora tenha conquistado quatro das 30 vagas, o Novo colocou os dois candidatos com as maiores votações individuais do Paraná. Além de Jeffrey Chiquini, líder absoluto da disputa, Guilherme Kilter terminou na segunda posição da votação nominal. Completam a bancada do partido Henrique Mecabô e Paulo Martins.

O PSD também conquistou quatro cadeiras. Foram eleitos Beto Preto, Paranhos, Leandre e Luizão Goulart.

O Podemos garantiu duas vagas, ocupadas por Felipe Francischini e Da Costa do Perdeu Piá. O Republicanos também terá dois representantes, Pedro Lupion e Newton Bonin. O MDB ficou com uma cadeira, conquistada por Sergio Souza.

A composição fecha as 30 cadeiras reservadas ao Paraná na Câmara dos Deputados. Federação Brasil da Esperança e União Progressista, juntas, passam a ocupar 12 delas. PL, Novo e PSD somam outras 13, enquanto Podemos, Republicanos e MDB dividem as cinco restantes. A nova bancada tomará posse em fevereiro de 2027 para um mandato de quatro anos.

CÂMARA FEDERAL

Os 30 deputados federais eleitos pelo Paraná

Federação Brasil da Esperança, PT/PV/PCdoB, 6 vagas: Ana Júlia, Zeca Dirceu, Aliel Machado, Renato Freitas, Carol Dartora e Arilson Chiorato
Federação União Progressista, PP/União Brasil, 6 vagas: Delegado Matheus Laiola, Ricardo Barros, Paulo Litro, Tião Medeiros, Toninho Wandscheer e Marcelo Belinati
PL, 5 vagas: Sargento Fahur, Rosangela Moro, Vermelho, Delegado Francischini e Ricardo Arruda
Novo, 4 vagas: Jeffrey Chiquini, Guilherme Kilter, Henrique Mecabô e Paulo Martins
PSD, 4 vagas: Beto Preto, Paranhos, Leandre e Luizão Goulart
Podemos, 2 vagas: Felipe Francischini e Da Costa do Perdeu Piá
Republicanos, 2 vagas: Pedro Lupion e Newton Bonin
MDB, 1 vaga: Sergio Souza

Novo governador Senador chega ao Palácio Iguaçu com pouco mais de 50% dos votos válidos após uma campanha marcada pela disputa com Sandro Alex e Requião Filho e uma apuração decidida no limite

Sergio Moro é eleito governador do Paraná no primeiro turno

A apuração transformou a eleição paranaense em uma disputa contra a casa decimal. Moro permaneceu pouco acima dos 50% enquanto milhares de urnas ainda eram processadas

DA REDAÇÃO
Cascavel

Sergio Moro foi eleito no primeiro turno Divulgação

●Sergio Moro (PL) foi eleito governador do Paraná neste domingo (4), no primeiro turno. O senador conseguiu permanecer acima da barreira de 50% dos votos válidos até a reta final da apuração e encerrou sem necessidade de uma segunda votação uma das principais disputas estaduais das eleições de 2026.

A eleição encerra um ciclo de oito anos de Ratinho Junior à frente do Paraná. Impedido constitucionalmente de disputar um terceiro mandato consecutivo, o governador deixou uma sucessão que reorganizou as principais forças políticas do estado.

Sandro Alex entrou na corrida pelo PSD e buscou representar a continuidade do grupo que comandou o Palácio Iguaçu desde 2019. Deputado federal e ex-secretário estadual de Infraestrutura e Logística, chegou à eleição apoiado pela estrutura partidária construída durante os dois mandatos de Ratinho Junior. Moro percorreu outro caminho. Eleito senador pelo Paraná em 2022, deixou o União Brasil, filiou-se ao PL e construiu sua candidatura ao governo em uma aliança que reuniu também Novo e Podemos. Edson Vasconcelos integrou a chapa como candidato a vice.

Requião Filho completou o trio que concentrou praticamente todos os votos válidos. Deputado estadual e filho do ex-governador Roberto Requião, ele disputou pelo PDT e tentou levar novamente ao Palácio Iguaçu um nome ligado a uma das famílias mais tradicionais da política paranaense. Somados, Moro, Sandro e Requião Filho concentravam quase 99% dos votos válidos na reta final da apuração.

Pesquisas desenharam cenários diferentes

A campanha foi acompanhada por uma sequência de pesquisas que nem sempre apresentaram o mesmo retrato da disputa. Moro permaneceu entre os principais nomes desde o período pré-eleitoral e chegou à reta final liderando diferentes levantamentos. A grande dúvida passou a ser se conseguiria alcançar votos suficientes para liquidar a disputa no primeiro turno. Os institutos divergiram especialmente sobre o tamanho das candidaturas de Sandro Alex e Requião Filho e, consequentemente, sobre a distância que separava Moro da soma dos adversários.

A campanha também foi marcada por disputas judiciais envolvendo levantamentos eleitorais. Pesquisas foram questionadas no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e algumas chegaram a ter a divulgação suspensa, colocando a metodologia e a regularidade dos levantamentos no centro do debate eleitoral.

As urnas acabaram produzindo um cenário peculiar: uma enorme distância entre Moro e cada adversário individualmente, mas uma diferença mínima entre o candidato do PL e os 50% necessários para evitar o segundo turno.

A vitória acrescenta mais um capítulo a uma trajetória que levou Sergio Moro do Judiciário ao centro da política nacional. Natural de Maringá, Moro ganhou projeção como juiz federal responsável pelos processos da Operação Lava Jato em primeira instância, em Curitiba

Da Lava Jato ao Palácio Iguaçu

A vitória acrescenta mais um capítulo a uma trajetória que levou Sergio Moro do Judiciário ao centro da política nacional. Natural de Maringá, Moro ganhou projeção como juiz federal responsável pelos processos da Operação Lava Jato em primeira instância, em Curitiba. Deixou a magistratura após as eleições de 2018 para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro. A passagem pelo governo terminou em abril de 2020, quando Moro pediu demissão após um rompimento político com Bolsonaro. Em 2022, disputou pela primeira vez uma eleição. Candidato ao Senado pelo Paraná, recebeu cerca de 1,95 milhão de votos e conquistou um mandato de oito anos.

Quatro anos depois, deixou o Senado para disputar o governo. A campanha de 2026 também foi marcada por uma reaproximação com o grupo político de Bolsonaro e pela filiação ao PL. A vitória deste domingo faz com que Moro deixe o Legislativo antes da metade do mandato para assumir, pela primeira vez, o comando de uma administração estadual.

Aliança também vence para o Senado

O desempenho da coligação de Moro não ficou restrito à eleição para governador. A aliança também conquistou as duas vagas paranaenses em disputa no Senado. Filipe Barros (PL) e Deltan Dallagnol (Novo) foram eleitos neste domingo. No caso de Deltan, entretanto, a validade definitiva do resultado permanece vinculada à disputa judicial sobre seu registro de candidatura, que ainda depende de decisão do Tribunal Superior Eleitoral. A saída de Moro do Senado também provocará outra mudança na representação paranaense. Seu suplente deverá assumir o restante do mandato iniciado em 2023. Assim, a eleição de 2026 redesenha simultaneamente o comando do Executivo estadual e a representação do Paraná no Congresso Nacional.

Abstenção passa de 20%

Outro número relevante da eleição foi o contingente de paranaenses que não compareceu às urnas. Às 19h30, nas seções já totalizadas, a Justiça Eleitoral registrava 1.756.092 abstenções, equivalentes a 20,59% do eleitorado contabilizado. O comparecimento estava em 79,41%, com 6.770.821 eleitores registrados nas seções já processadas. Foram contabilizados ainda 275.947 votos em branco e 304.297 nulos. O Paraná possui 8.600.624 eleitores aptos. Nas seções já totalizadas naquele momento estavam registrados 8.526.913 eleitores.

Do Senado para o Palácio Iguaçu

Sergio Moro assumirá o governo do Paraná em 1º de janeiro de 2027 para um mandato de quatro anos. A vitória encerra oito anos de Ratinho Junior no comando estadual e coloca no Palácio Iguaçu um político que, até agora, havia construído sua trajetória pública principalmente no Judiciário, no governo federal e no Congresso.

Mas o dado que ficará registrado na eleição de 2026 é também o tamanho da margem necessária para chegar lá. Moro abriu mais de 1,5 milhão de votos sobre o segundo colocado, mas precisou acompanhar praticamente até as últimas urnas para saber se essa vantagem seria suficiente. A eleição não foi apertada entre o primeiro e o segundo colocado. Foi apertada entre Sergio Moro e a barreira dos 50%.

Partido de Moro elege governadores em SC e no RS

Zucco venceu para o governo do Rio Grande do Sul e Jorginho Mello foi reeleito governador de Santa Catarina no primeiro turno

Da redação
Cascavel

Zucco e Jorginho foram eleitos no primeiro turno Arte GP

●Na região Sul do Brasil, o PL, de Flávio Bolsonaro, dominou. Além de Sergio Moro, eleito no Paraná, o partido também elegeu os governadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em primeiro turno, neste domingo (04). Luciano Zucco foi eleito governador do Rio Grande do Sul. Deputado federal e tenente-coronel da reserva do Exército, ele superou a marca de 50% dos votos válidos e garantiu o comando do Palácio Piratini pelos próximos quatro anos.

A vitória encerra a sucessão de Eduardo Leite sem necessidade de segundo turno e leva ao governo gaúcho um parlamentar que ganhou projeção política a partir de 2018 e consolidou sua atuação no campo da direita. Luciano Zucco nasceu em Alegrete e construiu carreira no Exército Brasileiro antes de ingressar na política. Em 2018, disputou pela primeira vez uma eleição e conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Quatro anos depois, avançou para Brasília. Nas eleições de 2022, então candidato pelo Republicanos, recebeu 259.023 votos e foi o deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul. Na Câmara dos Deputados, aproximou-se ainda mais do grupo político ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Posteriormente, filiou-se ao PL e passou a ser um dos principais nomes da legenda no estado. A candidatura ao Palácio Piratini representou, portanto, o terceiro degrau eleitoral de uma trajetória construída em menos de uma década: deputado estadual, deputado federal e agora governador. A corrida gaúcha chegou às últimas semanas com Zucco e Juliana Brizola como principais adversários. Neta do ex-governador Leonel Brizola, Juliana buscou recolocar o PDT no comando de um estado historicamente ligado à trajetória do partido e de sua família.

Zucco chegou à eleição apoiado pelo campo político ligado a Jair Bolsonaro e a Flávio Bolsonaro. A vitória no Rio Grande do Sul amplia a presença do PL nos Executivos estaduais e dá ao partido o comando de um dos maiores colégios eleitorais do país. A vice-governadora eleita é Silvana Covatti, deputada estadual e integrante de uma tradicional família política gaúcha. Com a vitória da chapa, ela será a primeira mulher a ocupar a Vice-Governadoria do Rio Grande do Sul. Zucco assumirá o governo em 1º de janeiro de 2027. O mandato se estenderá até o fim de 2030 e começará em um estado que ainda enfrenta consequências econômicas, sociais e de infraestrutura provocadas pelas enchentes históricas dos últimos anos. A vitória deste domingo também marca uma rápida ascensão eleitoral. Depois de chegar à Assembleia Legislativa em 2018 e à Câmara dos Deputados em 2022, Luciano Zucco alcança o Palácio Piratini apenas oito anos depois de disputar sua primeira eleição.

Santa Catarina

Jorginho Mello foi reeleito governador de Santa Catarina neste domingo (4), no primeiro turno. O resultado tornou-se matematicamente irreversível ainda durante a apuração, garantindo ao atual governador mais quatro anos à frente do Executivo catarinense. A vitória mantém o PL no comando de Santa Catarina e confirma a ampla vantagem que Jorginho apresentou durante a maior parte da campanha. O governador disputou a reeleição tendo como principais adversários Gelson Merísio (PSB) e João Rodrigues (PSD). Com o resultado, Jorginho governará Santa Catarina até o fim de 2030. O vice-governador eleito é Adriano Silva (Novo), ex-prefeito de Joinville.

Natural de Ibicaré, no Meio-Oeste catarinense, Jorginho Mello construiu uma das trajetórias políticas mais longas entre os governadores brasileiros em atividade. A carreira eleitoral começou no município de Herval d'Oeste, onde foi vereador. Depois, chegou à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, exerceu mandatos como deputado estadual e presidiu a Casa. Durante esse período, chegou a assumir interinamente o governo estadual. Na sequência, avançou para a política nacional. Foi eleito deputado federal e cumpriu dois mandatos na Câmara dos Deputados antes de disputar o Senado. Em 2018, conquistou uma das cadeiras catarinenses no Senado Federal. Quatro anos depois, deixou o mandato para concorrer ao governo de Santa Catarina.

A situação encontrada por Jorginho neste domingo é bastante diferente daquela enfrentada em sua primeira eleição para governador. Em 2022, ele terminou o primeiro turno na liderança, mas não conseguiu ultrapassar a metade dos votos válidos. A disputa seguiu para uma segunda votação contra Décio Lima (PT). No segundo turno, Jorginho venceu com 70,69% dos votos válidos, contra 29,31% do adversário, uma das maiores diferenças registradas entre as disputas estaduais daquele ano. Quatro anos depois, o governador conseguiu transformar a vantagem construída durante o mandato em uma definição já no primeiro turno.

A eleição de 2026 colocou frente a frente diferentes grupos da política catarinense. Jorginho buscava a continuidade de sua administração e contou com o peso eleitoral do PL em um estado no qual a direita obteve resultados expressivos nas últimas eleições nacionais. João Rodrigues entrou na disputa pelo PSD depois de construir sua base política a partir de Chapecó, onde foi prefeito. Já Gelson Merísio retornou ao centro de uma eleição estadual depois de ter disputado o governo em 2018, quando chegou ao segundo turno e foi derrotado por Carlos Moisés. A ampla votação obtida por Jorginho impediu que essa disputa se prolongasse até 25 de outubro.

EM NÚMEROS

3

O PL elegeu os governadores dos três estados do Sul: Sergio Moro, no Paraná, Zucco, no Rio Grande do Sul, e Jorginho Mello, em Santa Catarina

PL mantém o Palácio d'Agronômica

A reeleição também consolida uma mudança política iniciada em 2022. Jorginho chegou ao governo pelo PL em uma eleição realizada após décadas de alternância entre diferentes grupos no comando catarinense. Agora, conquista um segundo mandato consecutivo e garante a permanência da legenda à frente do Executivo estadual até 2030. A composição da chapa também produziu uma aliança entre PL e Novo. Adriano Silva, escolhido para a Vice-Governadoria, administrou Joinville, maior cidade de Santa Catarina, antes de integrar a chapa estadual. Com a definição ainda no primeiro turno, Jorginho Mello iniciará em janeiro de 2027 seu segundo mandato consecutivo. A vitória completa uma trajetória que começou em uma Câmara de Vereadores do interior catarinense e passou pela Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado antes de chegar ao governo do Estado.

Os derrotados Deputados federais e estaduais que chegaram às urnas exercendo mandato ficam sem cadeira a partir de 2027 após derrotas na reeleição ou nas disputas pela Câmara, Senado e Governo do Estado

De Beto Richa a Márcio Pacheco

Eleição deixa nomes conhecidos do Paraná sem mandato

Os atuais mandatos seguem normalmente até o encerramento da legislatura. O resultado significa que esses parlamentares, salvo eventual alteração posterior decorrente da Justiça Eleitoral, não terão mandato eletivo a partir de 2027

Cascavel
DA REDAÇÃO

AS ELEIÇÕES deste domingo (4) não definiram apenas quem ocupará as cadeiras do Paraná na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa a partir de 2027. As urnas também deixaram uma extensa relação de parlamentares que atualmente exercem mandato, mas não conseguiram garantir uma cadeira eletiva para a próxima legislatura.

A lista atravessa diferentes partidos e reúne nomes conhecidos da política paranaense. Estão entre eles o ex-governador e atual deputado federal Beto Richa, o deputado estadual Márcio Pacheco, o presidente da Assembleia Legislativa, Alexandre Curi, além de Requião Filho, Sandro Alex e Dilceu Sperafico. Há derrotados entre os que tentaram a reeleição, os que buscaram trocar a Alep pela Câmara e aqueles que apostaram em cargos majoritários. Os atuais mandatos seguem normalmente até o encerramento da legislatura. O resultado significa que esses parlamentares, salvo eventual alteração posterior decorrente da Justiça Eleitoral, não terão mandato eletivo a partir de 2027.

Beto Richa
Entre os deputados federais que tentaram permanecer em Brasília está Beto Richa. Ex-governador do Paraná e atualmente deputado federal, ele buscou a reeleição, mas ficou fora da nova bancada paranaense. Também não conseguiram garantir cadeira na próxima legislatura Tadeu Veneri, Welter, Luísa Canziani, Luiz Nishimori, Diego Garcia, Dilceu Sperafico, Luciano Ducci e Geraldo Mendes.

Alguns tiveram votações individuais expressivas, mas acabaram atingidos pela dinâmica do sistema proporcional, no qual o desempenho do partido ou da federação e a distribuição das vagas entre as legendas também interferem diretamente na composição final.

Pacheco

Na Assembleia Legislativa, um grupo decidiu abrir mão da tentativa de reeleição estadual para buscar uma das 30 vagas paranaenses na Câmara dos Deputados. Entre eles está Márcio Pacheco, do Republicanos. Deputado estadual e nome conhecido da política de Cascavel e do Oeste, Pacheco recebeu mais de 37 mil votos para deputado federal, mas não conseguiu uma das cadeiras conquistadas pela legenda.

Também tentaram a mudança para Brasília e ficaram fora Luciana Rafagnin, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Marcelo Rangel e Delegado Tito Barichello. Com a derrota na disputa federal, eles encerram os atuais mandatos estaduais sem cadeira assegurada para a próxima legislatura. Outros deputados estaduais conseguiram fazer o caminho para Brasília e, portanto, não entram na relação dos que ficam sem mandato.

O deputado estadual Márcio Pacheco foi um dos derrotados Valdir Amaral

Veteranos

Entre os derrotados estão algumas das trajetórias mais longas da política paranaense. Dilceu Sperafico chegou pela primeira vez à Câmara dos Deputados em 1995.

Nomes com várias legislaturas, políticos que já comandaram o Estado e parlamentares que ocupavam posições de destaque não estarão nas casas legislativas na próxima legislatura

Ao final da atual legislatura, terá acumulado sete mandatos como deputado federal, seis deles consecutivos entre 1995 e 2019, além do retorno ao Congresso em 2023. Aos 78 anos, Sperafico termina o atual mandato sem conseguir renovar a cadeira para 2027.

Beto Richa também iniciou sua trajetória parlamentar em 1995, quando assumiu uma cadeira de deputado estadual. Depois passou pela Vice-Prefeitura e pela Prefeitura de Curitiba, chegou ao Governo do Paraná, onde permaneceu por dois mandatos, e retornou a um cargo eletivo em 2023, como deputado federal. A derrota deste domingo interrompe novamente sua presença em cargos eletivos.

Outro veterano que deixa o Legislativo é Alexandre Curi. Deputado estadual desde 2003, ele acumulou seis mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa e chegou à presidência da Casa. Em 2026, abriu mão de tentar uma sétima eleição para a Alep para disputar o Senado. Com a derrota, encerra em 2027 uma sequência de 24 anos consecutivos como deputado estadual.

Sandro Alex

Sandro Alex também termina a eleição sem mandato para 2027, mas por um caminho diferente. Deputado federal titular, passou parte da atual legislatura licenciado para comandar a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e reassumiu a cadeira na Câmara em abril deste ano. Em vez de disputar novamente uma vaga de deputado federal, concorreu ao Governo do Paraná. A disputa pelo Palácio Iguaçu terminou com a eleição de Sergio Moro. Sandro Alex permanece deputado federal até o fim da atual legislatura, mas não terá mandato eletivo na seguinte.

Requião Filho

Situação semelhante ocorre com Requião Filho. Deputado estadual pelo PDT, ele decidiu não disputar novamente uma das 54 cadeiras da Assembleia e concorreu ao Governo do Paraná. Sem vencer a eleição para o Executivo, Requião Filho encerra a atual passagem pela Alep ao final da legislatura. Seu colega de partido Goura, por outro lado, disputou novamente uma vaga de deputado estadual e conseguiu permanecer na Casa.

Curi tentou o Senado

Alexandre Curi também deixa a Assembleia depois de optar por uma candidatura majoritária. Presidente da Casa, ele disputou uma das duas vagas paranaenses ao Senado em vez de concorrer novamente a deputado estadual. As cadeiras ficaram com Filipe Barros e Deltan Dallagnol. Com isso, Curi encerra seu atual mandato na Assembleia sem outro mandato eletivo para 2027. A situação é diferente da de Filipe Barros.

Reeleição na Alep

A renovação da Assembleia não ocorreu apenas entre os parlamentares que buscaram outros cargos. Deputados que disputaram diretamente a reeleição também ficaram fora da nova composição. Entre os atuais integrantes da Alep que não aparecem na relação dos 54 eleitos estão Tercilio Turini, Fabio Oliveira, Jairo Tamura, Samuel Dantas, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Luis Corti, Secretária Márcia, Marli Paulino e Cantora Mara Lima.

O grupo se soma aos estaduais derrotados na tentativa de chegar à Câmara e aos parlamentares que disputaram cargos majoritários, ampliando a mudança na composição da Assembleia para a legislatura que começa em fevereiro.

Representação

A eleição de 2026 produziu, portanto, uma mudança que vai além da chegada de novos deputados. Nomes com várias legislaturas, políticos que já comandaram o Estado e parlamentares que ocupavam posições de destaque não estarão nas casas legislativas na próxima legislatura. sso não significa necessariamente o encerramento da trajetória política desses nomes. Eles poderão continuar na atividade partidária ou eventualmente ocupar funções que não dependem de eleição. O resultado das urnas, porém, estabelece uma mudança objetiva: deputados que chegaram ao pleito de 2026 exercendo mandato terminaram a disputa sem uma nova cadeira eletiva assegurada.

PL e PSD elegem 14 deputados cada e terão as maiores bancadas

Nova composição da Alep terá nove partidos ou federações representado

Da Redação
Cascavel

●A nova composição da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) começa a tomar forma após a eleição deste domingo (4). Com a apuração praticamente concluída, PL e PSD aparecem como as duas maiores forças da Casa, com 14 deputados estaduais eleitos cada. Juntos, os dois partidos ocuparão 28 das 54 cadeiras da Alep a partir de fevereiro de 2027, mais da metade do plenário. A Federação Brasil da Esperança conquistou outras oito vagas, todas preenchidas por candidatos do PT. Já a Federação União Progressista garantiu seis cadeiras, ocupadas por candidatos do PP. Novo, Republicanos e Podemos elegeram três deputados cada, enquanto o MDB ficou com duas vagas e o PDT, com uma.

PL e PSD

No PL, o candidato mais votado foi Paulo Melo, com 192.198 votos, seguido por Jessicão, com 131.543. Também foram eleitos Delegado Jacovós, com 76.341; Denian Couto, com 71.195; Delegada Tathiana Guzella, com 65.003; Flávia Francischini, com 63.702; Mauro Moraes, com 51.221; e Matheus Vermelho, com 51.123 votos. Completam a bancada do PL Paulo Gomes da TV, com 48.851 votos; Fão do Bolsonaro, com 48.008; Ricardo Zampieri, com 47.146; Itamar Paim, com 42.850; Emerson Bacil, com 38.342; e Gilberto Ribeiro, com 37.793.

O PSD também garantiu 14 cadeiras. Márcio Nunes liderou a votação do partido, com 118.589 votos, seguido por Gugu Bueno, com 103.845, e Hussein Bakri, com 99.618. Foram eleitos ainda Romanelli, com 82.812 votos; Traiano, com 75.563; Cobra Repórter, com 65.122; Artagão Júnior, com 64.473; Thiago Buhrer, com 63.170; Moacyr Fadel, com 60.268; Ulisses Maia, com 56.382; Adão Litro, com 54.866; Soldado Adriano José, com 84.370; Bazana, com 51.067; e Baitaca, com 46.554 votos.

PT

A Federação Brasil da Esperança conquistou oito cadeiras e todas ficaram com candidatos do PT. O mais votado foi Professor Lemos, com 122.608 votos. Também foram eleitos Miss Preta, com 45.551 votos; Mário Verri, com 44.909; Yasmin Hachem, com 43.304; Beto Vizzotto, com 35.952; Angelo Vanhoni, com 35.842; Thiago Foltran, com 32.798; e Dr. Antenor, com 30.458 votos. Com o resultado, o PT terá oito representantes na próxima legislatura estadual.

PP

A Federação União Progressista conquistou seis cadeiras, todas preenchidas por candidatos do PP. Maria Victoria liderou o grupo, com 73.896 votos, seguida por Mabel Canto, com 70.009. Também foram eleitos Alisson Wandscheer, com 58.348 votos; Cesar Silvestri, com 50.145; Paulo Mac Donald, com 45.276; e Felipe Machado da Saúde, com 43.275.

Novo, Podemos e Republicanos

O Novo conquistou três cadeiras. Foram eleitos Bruno Secco, com 82.804 votos; Luiz Fernando Guerra, com 64.727; e Demid Wisley, com 31.902. O Podemos também terá três representantes: Do Carmo, com 82.806 votos; Fabiana Parro, com 42.189; e Lu Bonatto, com 39.519. Pelo Republicanos, os três eleitos são Ney Leprevost, com 53.357 votos; Jasson Goulart, com 50.668; e Alexandre Amaro, com 41.984.

MDB e PDT

O MDB garantiu duas cadeiras na Assembleia. Anibelli Neto foi eleito com 51.594 votos e Gerson Colodel, com 41.695. O PDT completa a composição partidária da nova Assembleia com Goura, eleito com 49.767 votos. A distribuição das 54 cadeiras deixa, portanto, PL e PSD empatados como as maiores bancadas, com 14 deputados cada. Na sequência aparecem a Federação Brasil da Esperança, com oito; Federação União Progressista, com seis; Novo, Podemos e Republicanos, com três cada; MDB, com dois; e PDT, com um representante. Os deputados estaduais eleitos assumem os mandatos para a legislatura 2027-2031 em fevereiro do próximo ano.

Paulo Melo foi o mais votado no Estado Divulgação

NA ALEP

A lista de deputados eleitos

PL — 14
1. Paulo Melo — 192.198 votos
2. Jessicão — 131.543
3. Delegado Jacovós — 76.341
4. Denian Couto — 71.195
5. Delegada Tathiana Guzella — 65.003
6. Flávia Francischini — 63.702
7. Mauro Moraes — 51.221
8. Matheus Vermelho — 51.123
9. Paulo Gomes da TV — 48.851
10. Fão do Bolsonaro — 48.008
11. Ricardo Zampieri — 47.146
12. Itamar Paim — 42.850
13. Emerson Bacil — 38.342
14. Gilberto Ribeiro — 37.793

PSD — 14
15. Márcio Nunes — 118.589
16. Gugu Bueno — 103.845
17. Hussein Bakri — 99.618
18. Romanelli — 82.812
19. Traiano — 75.563
20. Cobra Repórter — 65.122
21. Artagão Júnior — 64.473
22. Thiago Buhrer — 63.170
23. Moacyr Fadel — 60.268
24. Ulisses Maia — 56.382
25. Adão Litro — 54.866
26. Soldado Adriano José — 54.370*
27. Bazana — 51.067
28. Baitaca — 46.554

Federação Brasil da Esperança — 8 (todos PT)
29. Professor Lemos — 122.608
30. Miss Preta — 45.551
31. Mário Verri — 44.909
32. Yasmin Hachem — 43.304
33. Beto Vizzotto — 35.952
34. Angelo Vanhoni — 35.842
35. Thiago Foltran — 32.798
36. Dr. Antenor — 30.458

Federação União Progressista — 6 (todos PP)
37. Maria Victoria — 73.896
38. Mabel Canto — 70.009
39. Alisson Wandscheer — 58.348
40. Cesar Silvestri — 50.145
41. Paulo Mac Donald — 45.276
42. Felipe Machado da Saúde — 43.275

Novo — 3
43. Bruno Secco — 82.804
44. Luiz Fernando Guerra — 64.727
45. Demid Wisley — 31.902

Republicanos — 3
46. Ney Leprevost — 53.357
47. Jasson Goulart — 50.668
48. Alexandre Amaro — 41.984

Podemos — 3
49. Do Carmo — 82.806
50. Fabiana Parro — 42.189
51. Lu Bonatto — 39.519

MDB — 2
52. Anibelli Neto — 51.594
53. Gerson Colodel — 41.695

PDT — 1
54. Goura — 49.767

Total: 54 deputados estaduais.

50%

DESCONTO
MENSALIDADE
ATÉ O FINAL DO
CURSO

Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos

FAG EAD
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Vaga ao Senado Ex-procurador conquista nas urnas uma das duas cadeiras do Paraná após campanha marcada por batalha judicial

Deltan Dallagnol é eleito senador pelo Paraná, mas vaga ainda depende de decisão do TSE

Validade da eleição de Deltan Dallagnol permanece condicionada ao julgamento definitivo do registro

Cascavel
DA REDAÇÃO

Deltan ainda aguarda a definição da Justiça Divulgação

DELTAN DALLAGNOL (Novo) foi eleito senador pelo Paraná neste domingo (4), conquistando nas urnas uma das duas cadeiras em disputa no estado. O resultado coloca o ex-procurador da Lava Jato de volta no caminho de Brasília três anos depois de perder o mandato de deputado federal por decisão da Justiça Eleitoral.

A eleição, porém, carrega uma situação jurídica incomum. Os votos recebidos por Deltan estão sendo processados e considerados na apuração por determinação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, mas sua validade definitiva permanece condicionada ao julgamento do caso pelo plenário da Corte.

A decisão que permitiu a contabilização dos votos foi tomada na manhã deste domingo, apenas 15 minutos antes da abertura das urnas. Nunes Marques suspendeu os efeitos da decisão do ministro Floriano de Azevedo Marques que, na noite de sábado (3), havia indeferido o registro de Deltan e determinado a nulidade dos votos destinados à chapa.

Com a mudança determinada pelo presidente do TSE, Deltan voltou à condição de candidato concorrendo e seus votos passaram a ser processados normalmente. A discussão sobre sua elegibilidade, contudo, não foi encerrada.

Da cassação à eleição para o Senado

O resultado deste domingo acrescenta mais um capítulo a uma trajetória eleitoral marcada por disputas judiciais. Deltan ganhou projeção nacional como procurador da República e coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba. Deixou o Ministério Público Federal em 2021 e ingressou na política partidária.

Na primeira eleição que disputou, em 2022, recebeu 344.917 votos para deputado federal pelo Paraná e foi eleito pelo Podemos. O mandato, entretanto, durou poucos meses.

Em maio de 2023, o TSE cassou por unanimidade o registro de sua candidatura. A Corte entendeu que a saída do Ministério Público Federal ocorreu enquanto havia procedimentos administrativos que poderiam resultar em punições e enquadrou a situação nas hipóteses previstas pela Lei da Ficha Limpa. Com a cassação, Deltan deixou a Câmara dos Deputados. Três anos depois, voltou às urnas, desta vez pelo Novo e disputando um mandato de oito anos no Senado.

Uma campanha dentro dos tribunais

A campanha de 2026 foi acompanhada por uma batalha judicial praticamente até a abertura das urnas. Em setembro, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná aprovou, por quatro votos a três, o registro da candidatura de Deltan. A decisão permitiu que ele permanecesse na disputa, mas foi contestada no TSE. Enquanto o recurso tramitava, o ministro Floriano de Azevedo Marques determinou a suspensão dos atos de campanha. Deltan ficou impedido de pedir votos, participar de debates e utilizar propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Mesmo assim, seu nome permaneceu registrado nas urnas.

Na noite de sábado, a situação mudou novamente. Floriano decidiu individualmente pelo indeferimento do registro e determinou que os votos destinados a Deltan fossem considerados nulos. A decisão ocorreu a poucas horas da votação e abriu uma situação excepcional: milhões de urnas já estavam preparadas com o nome e o número do candidato.

> **Deltan ganhou projeção nacional como procurador da República e coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba. Deixou o Ministério Público Federal em 2021 e ingressou na política partidária**

Reviravolta minutos antes da votação

Às 7h45 deste domingo, faltando apenas 15 minutos para a abertura das seções eleitorais, Nunes Marques suspendeu a decisão. O presidente do TSE considerou que uma decisão individual tomada na noite anterior à eleição, quando as urnas já estavam preparadas, criava problemas de segurança jurídica.

Também sustentou que a decisão definitiva sobre o registro deveria ser tomada pelo plenário. Com isso, Deltan voltou à condição de candidato concorrendo. A Justiça Eleitoral determinou que os registros da votação fossem integralmente preservados e os votos processados. Foi sob essa condição jurídica que os paranaenses foram às urnas e deram ao candidato votação suficiente para colocá-lo entre os dois eleitos para o Senado.

Vitória nas urnas não encerra disputa jurídica

A confirmação eleitoral deste domingo, portanto, não significa que o processo terminou. O plenário do TSE ainda deverá decidir definitivamente se Deltan poderia ou não disputar a eleição de 2026. Caso o registro seja mantido, o resultado das urnas produz seus efeitos normalmente e o mandato será exercido entre 2027 e 2035. Caso o tribunal decida definitivamente pelo indeferimento, a consequência é muito maior do que simplesmente entregar a cadeira ao terceiro colocado. A jurisprudência estabelece que, na hipótese de cassação ou invalidação da chapa eleita ao Senado, deverá ser realizada uma eleição suplementar para preencher a vaga. Assim, o terceiro candidato mais votado neste domingo não assume automaticamente o mandato. Nesse cenário, apenas a outra cadeira definida na eleição permaneceria preenchida e os paranaenses precisariam voltar às urnas para escolher um senador para a vaga aberta.

Paraná elege chapa da mesma aliança

Deltan disputou o Senado dentro da aliança que reuniu Novo, PL e Podemos e teve Sergio Moro (PL) como candidato ao governo do Paraná. A outra candidatura ao Senado apresentada pelo grupo foi a de Filipe Barros (PL), também eleito neste domingo. A dobradinha conseguiu, portanto, conquistar as duas vagas destinadas ao Paraná nesta renovação de dois terços do Senado. Para Deltan, entretanto, o resultado produz uma situação que deverá continuar no centro da política paranaense mesmo depois do encerramento da contagem dos votos.

Três anos após ter perdido na Justiça Eleitoral o mandato conquistado nas urnas para a Câmara dos Deputados, o ex-procurador volta a receber votos suficientes para chegar ao Congresso. Desta vez, para um mandato de oito anos no Senado. A eleição está definida nas urnas. A última palavra sobre a posse, porém, ainda será do Tribunal Superior Eleitoral.

Filipe Barros, do PL, é eleito senador pelo Paraná

Deputado federal do PL conquista uma das duas vagas paranaenses em disputa no Senado e amplia sua trajetória política iniciada em Londrina

Da redação
Cascavel

●Filipe Barros (PL) foi eleito senador pelo Paraná neste domingo (4). Deputado federal em segundo mandato, o londrinense conquistou uma das duas cadeiras paranaenses em disputa no Senado e dará um novo salto em uma carreira política construída em apenas dez anos, desde a primeira eleição para vereador de Londrina, em 2016.

A vitória leva Barros para um mandato de oito anos, entre 2027 e 2035, e ocorre em uma eleição particularmente importante para a composição do Senado. Em 2026, dois terços das 81 cadeiras da Casa estão sendo renovados, com cada estado elegendo dois representantes.

No Paraná, a disputa ganhou ainda mais peso porque Flávio Arns e Oriovisto Guimarães, titulares das duas cadeiras que encerram o mandato, não buscaram a reeleição. Com isso, o estado necessariamente teria dois novos senadores a partir do próximo ano. A bancada poderá passar por uma transformação ainda maior porque Sergio Moro (PL), eleito senador em 2022 e com mandato até 2031, deixou a cadeira para disputar o governo estadual. Caso assuma o Executivo, seu suplente, Luis Felipe Cunha, passa a ocupar a vaga no Senado.

De Londrina a Brasília

Natural de Londrina e formado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Filipe Barros iniciou sua trajetória eleitoral em 2016. Naquele ano, foi eleito vereador e tornou-se o parlamentar mais jovem daquela legislatura municipal. A passagem pela Câmara de Londrina durou apenas metade do mandato. Em 2018, Barros disputou uma cadeira na Câmara dos Deputados e foi eleito deputado federal. Quatro anos depois, conquistou a reeleição e consolidou sua atuação nacional principalmente em pautas identificadas com a direita e com o conservadorismo.

A aproximação com Jair Bolsonaro tornou-se um dos elementos centrais de sua trajetória política. O próprio Barros relatou durante a pré-campanha que Bolsonaro havia anunciado seu nome para a disputa ao Senado. Ao longo de 2026, ele percorreu o Paraná ao lado de Sergio Moro, candidato ao governo, e de Deltan Dallagnol (Novo), que disputou a outra cadeira ao Senado dentro da aliança.

Filipe Barros é o novo senador pelo Paraná Divulgação

Barros chegou à eleição também inserido em uma estratégia nacional do PL para ampliar sua presença no Senado. A legenda tratou a renovação de dois terços da Casa como uma das prioridades de 2026 e lançou candidatos ligados ao bolsonarismo em diferentes estados.

Uma disputa sem dono

A eleição de Barros encerra uma campanha em que a corrida pelas duas vagas paranaenses permaneceu aberta praticamente até a reta final. Diferentemente da disputa pelo governo, que apresentou uma liderança mais clara durante parte da campanha, as pesquisas para o Senado mostraram um grupo de candidatos muito próximo.

Levantamento da Alfa Inteligência divulgado na quinta-feira (1º) exemplificou esse cenário. Alexandre Curi (Republicanos) aparecia com 30%, Deltan Dallagnol com 26%, Gleisi Hoffmann (PT) com 25% e Filipe Barros com 24%. Considerando a margem de erro de 2,8 pontos percentuais, os quatro estavam tecnicamente empatados.

Outra pesquisa divulgada na mesma semana apresentou configuração diferente. A Neokemp colocou Deltan na frente, com 24,9%, seguido justamente por Filipe Barros, com 23%. Gleisi tinha 15,7%, Alexandre Curi, 12,1%, Dr. Rosinha (PT), 9,7%, e Cristina Graeml (PSD), 8,9%.

As diferenças entre os levantamentos reforçavam o grau de incerteza de uma eleição que, além de oferecer duas vagas, permitia que cada eleitor votasse duas vezes para senador. O resultado deste domingo transforma em mandato uma candidatura que apareceu durante boa parte da campanha no grupo competitivo, mas sem a segurança estatística de uma cadeira garantida.

Senado como próximo passo

Durante a campanha, Barros apresentou a mudança da Câmara para o Senado como oportunidade para atuar em temas nacionais e em pautas diretamente relacionadas às competências constitucionais dos senadores. Entre as bandeiras apresentadas está uma proposta de reforma do Judiciário. Neste domingo, depois de votar em Londrina acompanhado da família, Barros afirmou que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição sobre o tema já no início do mandato. Entre as mudanças defendidas por ele estão a exigência de carreira na magistratura e a criação de mandato para ministros de tribunais superiores.

Na pré-campanha, o deputado também havia citado segurança nas regiões de fronteira, combate ao crime organizado, Porto de Paranaguá, infraestrutura, energia, agronegócio e piscicultura entre os temas que pretendia levar ao Senado.

A chegada à Casa também amplia o espaço institucional do parlamentar. Diferentemente da Câmara, cabe exclusivamente ao Senado, entre outras atribuições, analisar as indicações presidenciais para ministros do Supremo Tribunal Federal e autorizar processos de impeachment contra integrantes da Corte, temas que ganharam centralidade no discurso eleitoral de candidatos ligados à direita em 2026.

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

** Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da **Gazeta do Paraná***

Editorial

A eleição que mudou o Paraná

● O Paraná sai desta eleição com algo maior do que uma nova lista de vencedores e derrotados. As urnas de 2026 redesenharam o mapa do poder no Estado. Depois de oito anos de Ratinho Junior, de uma administração que construiu ampla base política e exerceu forte influência sobre a Assembleia Legislativa, o governador não conseguiu transferir essa força eleitoral ao candidato escolhido para sucedê-lo. Sandro Alex chegou ao segundo lugar, superando Requião Filho por margem estreita, mas ficou muito distante de impedir a vitória de Sergio Moro ainda no primeiro turno.

Moro venceu com pouco mais de 50% dos votos válidos. Foi o suficiente para dispensar o segundo turno, mas não para representar um cheque em branco. Sandro Alex terminou com 25,36%, contra 23,47% de Requião Filho. A disputa pelo segundo lugar, que as pesquisas apontavam como aberta, foi mesmo decidida por pequena diferença. Ainda assim, o candidato de Ratinho não reproduziu nas urnas a força do grupo que governou o Paraná por dois mandatos.

Não se trata de dizer que o Paraná sempre elege o sucessor indicado pelo governador. A história recente mostra que transferir votos nunca foi automático. Em 2010, Roberto Requião apoiou Osmar Dias, derrotado por Beto Richa. Em 2018, a continuidade formal do governo Richa estava representada por Cida Borghetti, que perdeu para Ratinho Junior. O que torna 2026 relevante é outra coisa: Ratinho encerra oito anos de enorme protagonismo político, após ter sido reeleito em 2022 com votação recorde, sem conseguir transformar essa hegemonia em continuidade no Palácio Iguaçu.

A mudança não termina no Executivo. Seu sinal mais interessante talvez esteja no Legislativo. A nova Assembleia nasce sem um dono evidente. PL, partido de Moro, e PSD, partido de Ratinho Junior, elegeram 14 deputados estaduais cada. O PT conquistou oito cadeiras e, com Goura, do PDT, forma um campo de oposição de nove parlamentares. Pela primeira vez em muito tempo, a governabilidade não parece pronta antes mesmo da posse. Terá de ser construída.

Será um teste para Sergio Moro. Governar é diferente de julgar, investigar, discursar ou legislar. Exige negociação, capacidade de formar maioria e convivência com a divergência. Articulação política, quando feita dentro dos limites republicanos, não é defeito da democracia. É parte do processo. Seu partido divide a maior bancada justamente com a legenda do grupo que acaba de derrotar.

As urnas também interromperam trajetórias conhecidas. Alexandre Curi deixou a Assembleia para disputar o Senado e terminou fora das duas vagas neste primeiro momento. O cenário ainda tem uma pendência relevante: Deltan Dallagnol, segundo mais votado, permanece com sua situação eleitoral dependente de decisão definitiva da Justiça. Gleisi Hoffmann também não conquistou uma cadeira no Senado. Luciana Rafagnin, depois de sucessivos mandatos estaduais, tentou chegar à Câmara dos Deputados e não foi eleita. Longa presença institucional, mostraram as urnas, não assegura permanência.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi ainda mais forte. Dos 30 representantes eleitos pelo Paraná, 18 não faziam parte da bancada que encerra esta legislatura. É uma renovação de 60%. Há também um componente geracional. Ana Júlia, aos 26 anos, deixou a Assembleia para chegar à Câmara como a quarta candidata mais votada do Paraná e a mulher com maior votação. Guilherme Kilter, de 24 anos, foi o segundo mais votado para deputado federal. Em campos ideológicos distintos, os dois revelam a mesma transformação: uma geração que até pouco tempo ocupava principalmente ruas, universidades e redes sociais agora ocupa também as cadeiras do poder.

Renovação não é sinônimo automático de melhora. Jovens podem reproduzir velhas práticas, assim como políticos experientes podem representar avanços. Trocar nomes não basta para transformar instituições. Mas eleições servem também para interromper acomodações, redistribuir forças e lembrar aos ocupantes do poder que nenhum espaço lhes pertence.

Foi isso que o Paraná fez neste domingo. Moro venceu, Ratinho não fez o sucessor, nomes históricos ficaram pelo caminho, novos personagens chegaram a Brasília e à Assembleia, e o próximo governo começará sem maioria garantida no Legislativo. O Estado que sai das urnas é mais fragmentado, mais jovem em parte de sua representação e menos previsível politicamente.

As urnas não entregaram apenas um novo governador. Entregaram um novo tabuleiro.

Redes sociais nas eleições: Como fiscalizar os algoritmos?

Victor
HABIB LANTYER DE MELLO

**Advogado e Professor. Mestre em Direito pela Universidade Católica do Salvador*

Uma eleição termina na urna, mas a disputa pela atenção começa muito antes dela. Hoje, uma parte importante dessa disputa acontece em telas organizadas por empresas privadas. Quando alguém abre o Instagram, o Facebook, o TikTok, o YouTube ou o X, não encontra uma reprodução neutra de tudo o que foi publicado. Encontra uma seleção. Algumas mensagens aparecem no alto da tela, outras surgem como recomendação, outras quase não encontram caminho até novos públicos.

Essa seleção não é a única decisão que importa. A mesma rede pode retirar um vídeo, suspender uma conta ou deixar de sugerir uma publicação que continua acessível no perfil. Para quem publica, conhecer as regras gerais não basta: é preciso saber o que foi feito naquele caso e por quê. Quando essa resposta não vem, o problema deixa de ser apenas perder audiência. Torna-se difícil até descobrir o que precisa ser contestado.

Durante uma campanha eleitoral, essa diferença pesa ainda mais porque o relógio não para. Se uma postagem é retirada ou perde distribuição hoje e a explicação só chega três dias depois, talvez o debate já tenha mudado. A plataforma pode devolver o conteúdo, mas não devolve necessariamente o momento em que ele deixou de circular. Por isso, discutir algoritmos nas eleições não é discutir apenas remoção de conteúdo. É discutir poder de distribuição, capacidade de prova e tempo de resposta.

No Brasil, já existem deveres sobre recomendação, publicidade, explicação de remoções e possibilidade de recurso. Eles aparecem nas regras eleitorais e em outros instrumentos, como a LGPD - lei geral de proteção de dados e a regulamentação do Marco Civil da Internet. A questão, portanto, não é começar do zero. É saber até onde esses deveres alcançam as decisões das redes e o que permite cobrar seu cumprimento: uma resposta ligada ao caso, registros que possam ser examinados e uma revisão que chegue a tempo.

O algoritmo começa antes de você perceber

Para entender o tamanho dessa assimetria, vale seguir o caminho de uma postagem. O aplicativo tem muito mais conteúdo disponível do que cabe na tela. Então ele começa fazendo uma primeira peneira: procura, entre milhões de possibilidades, algumas centenas ou milhares de publicações que poderiam interessar àquela pessoa. Essa etapa é muitas vezes chamada de seleção de candidatos. Depois vem outra pergunta: entre essas candidatas, quais devem aparecer primeiro?

A resposta usa sinais. Alguns vêm do comportamento do usuário: contas seguidas, vídeos assistidos até o fim, curtidas, compartilhamentos, comentários, buscas, pedidos para deixar de mostrar determinado assunto, tempo gasto numa publicação. Outros vêm do próprio conteúdo: tema, texto, som, imagem, idioma, data de publicação e relação com assuntos vistos antes. Há ainda sinais de contexto, como dispositivo, localização aproximada, horário e a área do aplicativo em que a pessoa está. No YouTube, por exemplo, o histórico de visualização pesa especialmente na página inicial; já o vídeo que está sendo assistido ajuda a escolher o próximo. No TikTok, a empresa já descreveu interações, informações do vídeo e configurações da conta como partes do processo.

Os sistemas modernos não tratam cada pista isoladamente. Eles procuram padrões. Quem costuma assistir a vídeos parecidos com este também viu o quê? Pessoas que seguem certas contas costumam parar em quais assuntos? Para fazer isso em enorme escala, plataformas transformam características dos usuários e dos conteúdos em representações numéricas. É como colocar gostos e publicações num grande mapa matemático: itens com padrões semelhantes ficam mais próximos e o sistema passa a estimar quais encontros têm maior chance de gerar uma reação. Narayanan explica que essa combinação de comportamento, semelhança e previsão está no coração de muitos sistemas de recomendação.

Depois vêm as previsões. Qual a chance de a pessoa clicar? Assistir até o fim? Curtir? Compartilhar? Pedir para ver menos? Cada resposta possível pode receber um peso diferente. Se a plataforma passa a valorizar mais tempo assistido e menos curtidas, a ordem muda. Se dá mais importância a compartilhamentos, muda de novo. A Meta, empresa responsável pelo Instagram e pelo Facebook, descreve explicitamente esse tipo de combinação no sistema do Explorar do Instagram. O computador faz a conta em milésimos de segundo; a empresa escolhe quais objetivos entram na conta e quanto cada um vale.

Ainda não acabou. Antes de chegar à tela, a lista pode passar por uma nova rodada de ajustes. A rede tenta evitar repetições, inserir alguma variedade, aplicar regras de segurança e retirar da recomendação conteúdos considerados inadequados para aquele espaço. Essa última etapa é decisiva para o tema eleitoral: um vídeo pode continuar disponível no perfil, mas deixar de concorrer por espaço nas sugestões. Ele não foi apagado; perdeu distribuição. A Meta distingue expressamente remoção de redução de alcance em sua documentação.

Há também um ciclo que se retroalimenta. A plataforma mostra certos conteúdos; o usuário reage ao que recebeu; essas reações viram novos dados; os novos dados influenciam as próximas recomendações. Chaney, Stewart e Engelhardt mostraram, em simulações, como esse tipo de realimentação pode tornar preferências observadas mais homogêneas ao longo do tempo. Isso não significa que todo usuário fique preso numa bolha inevitável. Significa algo mais simples e mais importante para a regulação: o sistema não é apenas um espelho do comportamento. Ele participa da produção dos sinais que depois usa para decidir o que mostrar.

Essa engrenagem explica por que frases como "o algoritmo mostrou porque as pessoas quiseram" são incompletas. O interesse do público importa muito, mas ele passa por um desenho feito pela própria plataforma: quais sinais observar, quais objetivos perseguir, como equilibrá-los, quais conteúdos podem concorrer por recomendação e quando uma regra de integridade deve reduzir sua posição. Mudar qualquer uma dessas escolhas pode alterar a circulação em grande escala sem apagar uma única postagem.

A retirada de uma publicação também pode começar fora das recomendações: numa denúncia, numa detecção automática ou numa ordem judicial. A análise pode passar por uma equipe, por um programa ou pelos dois. A aplicação dessas regras é chamada de moderação. Por isso, abrir a caixa-preta envolve mais que entender como a rede escolhe um vídeo: envolve saber como ela decide retirar esse vídeo e o que acontece quando alguém contesta a decisão.

A caixa-preta também está na resposta ao usuário

Quem usa a rede vê o resultado, mas acompanha pouco do caminho. Não sabe necessariamente qual regra estava ativa, se um programa classificou sua postagem como irregular ou se alguém reviu essa classificação. É esse desnível que a expressão "caixa-preta" ajuda a descrever. Jenna Burrell identifica três fontes da dificuldade: informações mantidas em segredo, conhecimento técnico que o público não possui e a complexidade do próprio sistema.

Para quem perdeu o acesso à conta, essa diferença é prática. Como demonstrar que uma regra foi cumprida sem saber qual regra está em discussão? Como explicar o contexto de uma frase se a rede nem sequer informa qual trecho considerou problemático? O usuário pode acabar preenchendo formulários e repetindo verificações de identidade sem conseguir responder ao motivo da suspensão. Confirmar quem ele é não esclarece o que teria feito de errado.

Um botão de recurso só ajuda quando leva a um exame da reclamação. Quem contesta precisa poder apresentar contexto, conhecer o andamento e receber uma resposta que enfrente o que alegou. O canal também precisa continuar acessível quando a própria conta está bloqueada. Os Princípios de Santa Clara, recomendações elaboradas por organizações de direitos humanos e especialistas, tratam desses cuidados, da revisão humana por pessoa não envolvida na decisão inicial e da atenção ao idioma e ao contexto da publicação.

A denúncia de terceiros traz outra dificuldade. Um canal criado para avisar sobre abusos também pode ser alvo de tentativas de silenciar alguém. Muitas reclamações contra a mesma postagem podem apontar um problema real ou fazer parte de uma campanha abusiva; o volume, sozinho, não esclarece qual das duas situações ocorreu. Investigar exige acompanhar o que foi denunciado, o que a rede verificou e por que decidiu agir. Uma pessoa não deveria precisar descobrir quem tentou prejudicá-la para receber uma explicação sobre a restrição aplicada à sua conta.

Os Princípios de Santa Clara também recomendam verificar a autenticidade dos pedidos de remoção e protegê-los contra-ataques coordenados. Isso ajuda a formular uma cobrança concreta: quais controles impedem que uma reclamação fraudulenta seja tratada como prova? Se alguém apresenta uma suposta ordem judicial, por exemplo, verificar sua autenticidade é parte do problema. Esse exame pode preservar a identidade de denunciantes legítimos e os detalhes de segurança, sem tornar a origem e o tratamento dos pedidos inacessíveis à fiscalização.

A volta da postagem não encerra essas perguntas. Se a rede reconhece um erro, ainda importa saber o que foi corrigido e se a medida atingiu apenas o conteúdo ou toda a conta. Um vídeo pode voltar ao perfil sem que isso, por si só, esclareça sua situação nas recomendações. Uma audiência menor depois da volta pode ter várias causas, inclusive o tempo em que ele ficou fora de circulação. É o histórico das medidas que permite investigar uma restrição ainda ativa, não apenas a comparação entre dois números de visualizações.

Durante uma eleição, essa falta de resposta consome um tempo que o autor não recupera. Antes de procurar a Justiça, ele tenta descobrir o que aconteceu; depois, precisa reunir os poucos elementos a que tem acesso. Enquanto isso, o assunto pode perder espaço e a conversa seguir sem aquela contribuição. Se a solução depende de mobilizar uma grande audiência ou pagar para discutir judicialmente uma suspensão, pessoas com menos recursos enfrentam uma barreira adicional. A utilidade do recurso está em funcionar também para quem não consegue transformar sua reclamação em notícia.

Política & CIA

Abre o olho, Tiago!

ENQUANTO O ELEITOR escolhia seus representantes, a sucessão na Presidência da Câmara de Cascavel já movimentava os bastidores. Havia vereador de olho na cadeira de Tiago Almeida, numa articulação que contaria com o apoio de um colega bastante barulhento no plenário. No domingo, esse aliado dividia as atenções entre a própria candidatura nas urnas e a de outro nome para comandar o Legislativo.

Mais dois na conta

No Colégio Padre Carmelo, em Cascavel, a Gazeta ouviu três candidatos conversando e um deles comemorando que acabara de conseguir mais dois votos. A conversa não foi gravada e a equipe não presenciou como esses votos teriam sido conquistados, razão pela qual os nomes foram preservados. A comemoração dentro do local de votação, no dia em que a conquista ativa de eleitores era proibida, mereceu uma sobrancelha levantada.

Notícia com santinho

O Hoje Maringá publicou razões para votar em Ulisses Maia, com número de urna e argumentos favoráveis ao candidato. O TRE viu, preliminarmente, propaganda eleitoral em espaço de pessoa jurídica e mandou retirar a matéria e a postagem no Instagram. Spot Comunicação Digital e Meta receberam prazo de uma hora, sob multa de R$ 20 mil por hora, limitada inicialmente a R$ 100 mil para cada ordem. O título ensinava em quem votar; a Justiça não o recebeu como simples informação.

Teimosia cara

O perfil @portalrsn entrou na mira do TRE por um vídeo favorável a Sergio Moro, com material de campanha e número de urna. Já existia ordem para retirar aquela publicação, mas, segundo a decisão, o conteúdo continuou disponível. A multa subiu para R$ 25 mil por dia em caso de novo descumprimento. Além da propaganda em perfil empresarial, a Justiça precisou enfrentar a resistência ao próprio comando.

Passado não se apaga

Beto Richa tentou retirar um vídeo que recuperava reportagem de 2019 sobre a Operação Quadro Negro. Sandra Bauermann negou a liminar: os fatos eram verídicos, de interesse público e ligados à trajetória política do candidato. A decisão não encerrou o processo, mas rejeitou a remoção urgente. Uma notícia antiga não se torna falsa porque voltou a incomodar durante a campanha. O calendário eleitoral não oferece serviço de limpeza da memória pública.

Paternidade da obra

Romanelli não conseguiu retirar imediatamente um vídeo que questionava sua versão sobre os recursos do Parque do Povo, em Bandeirantes. A juíza apontou que os documentos apresentados tratavam de reformas posteriores, enquanto a crítica discutia a construção original. Identificou também inconsistência na identificação do homem da gravação. A liminar foi negada, sem julgamento definitivo do mérito. Na disputa pela paternidade da obra, a documentação não sustentou o pedido urgente.

Fachada sob lona

Em Londrina, Filipe Barros recebeu ordem para retirar ou adequar, em uma hora, a propaganda da fachada do comitê central. O TRE identificou efeito de outdoor no conjunto e fixou multa de R$ 20 mil por hora de descumprimento. A liminar autorizou a fiscalização, se necessário, a cobrir o excesso com lonas e pedir auxílio policial.

Policiais nas seções

Marcelo Rocha acionou a Justiça para apurar a suposta presença irregular de policiais militares armados dentro e perto de locais de votação em São José dos Pinhais. A primeira decisão apenas encaminhou o caso ao juízo competente, sem confirmar irregularidade ou mandar retirar agentes. O despacho inicial resolveu a competência, mas não esclareceu os fatos.

O voto esperou ônibus

Em Maringá, uma denúncia acusou a Prefeitura e a TCCC de manter horários de domingo, com intervalos maiores, durante a eleição. Segundo o relato, a chuva agravou a dificuldade para chegar às urnas. Na consulta publicada pela Gazeta, ainda não havia decisão reconhecendo irregularidade. O caso foi levado à Justiça durante a votação e expôs uma preocupação concreta: o exercício do voto também depende das condições de deslocamento de quem precisa do transporte coletivo.

Ameaça na fila

Uma eleitora relatou à Gazeta que, no CAIC I, em Cascavel, um homem teria ameaçado agredir um conhecido caso ele votasse em Lula. Segundo a testemunha, a fala ocorreu diante da presidente da seção, e ela não encontrou polícia ou fiscalização quando procurou ajuda. O relato não permitiu tratar o episódio como ocorrência já esclarecida. Sua gravidade, porém, mereceu registro: ameaça para impor uma escolha política atinge a liberdade do eleitor.

Cores e silêncio

Nas seções visitadas pela Gazeta em Cascavel, o verde e amarelo apareceu com frequência, enquanto camisetas vermelhas e símbolos de esquerda foram menos visíveis. Discrição pessoal, composição do eleitorado e receio de hostilidade ficaram entre as hipóteses, sem conclusão. A fotografia das filas mostrou quem preferiu se exibir; a urna guardou também as escolhas de quem optou pelo silêncio.

Lembrou do número, esqueceu do calendário?

Uma publicação atribuída ao perfil de Evandro Roman exibiu seu número de urna e orientou o eleitor a lembrá-lo durante a votação de domingo. O registro analisado pela Gazeta indicava postagem naquela manhã, horário que depende de confirmação na plataforma. Se confirmado, o conteúdo poderá ser apurado como propaganda eleitoral publicada no dia da eleição. A responsabilidade cabe às autoridades esclarecerem, mas a mensagem deixou uma pergunta: Roman lembrou o eleitor do número e esqueceu de conferir o calendário?

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Justiça Eleitoral Decisões às vésperas do pleito preservam os votos de Deltan e barram propaganda de Filipe Barros em perfil empresarial de rede de postos no Paraná

Nunes Marques suspende decisão contra Deltan e preserva votos ao Senado

Liminar mantém candidatura como "deferida com recurso" e condiciona a validade dos votos ao julgamento do plenário do TSE

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

REDAÇÃO
Cascavel

● O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Nunes Marques, suspendeu neste domingo, 4 de outubro, a decisão que havia indeferido o registro de Deltan Dallagnol ao Senado pelo Paraná e determinado a nulidade dos votos atribuídos à sua chapa. Assinada às 7h45, antes da abertura das urnas, a liminar manteve a candidatura na situação de "deferida com recurso" e ordenou o processamento dos votos, com validade condicionada ao julgamento do plenário.

A medida atende a pedido da Coligação Fortaleza do Paraná e suspende a decisão proferida pelo ministro Floriano de Azevedo Marques às 19h32 de sábado, véspera da eleição. Nunes Marques determinou ao TRE-PR e à área de tecnologia do TSE que preservem integralmente os registros da votação e tornem sem efeito as providências eventualmente adotadas em cumprimento à ordem suspensa.

A intervenção altera o efeito imediato da decisão sobre a apuração, mas não resolve definitivamente a elegibilidade do candidato. O destino dos votos continua vinculado ao julgamento colegiado do registro, e a liminar preserva essa possibilidade de exame sem antecipar uma solução favorável ou desfavorável a Deltan.

Competência do plenário

O fundamento central é a necessidade de submeter a controvérsia ao plenário. Para Nunes Marques, uma decisão cautelar anteriormente referendada pelo colegiado não poderia ser tratada como se já representasse o julgamento definitivo do recurso sobre o registro de candidatura.

O ministro lembrou que o registro havia sido deferido pelo TRE-PR por quatro votos a três e que a Procuradoria-Geral Eleitoral opinara contra o provimento do recurso acolhido. Para ele, a questão não estava resolvida por súmula ou jurisprudência dominante que autorizasse o julgamento individual nos termos utilizados.

Nunes Marques considerou que a declaração de nulidade dos votos antecipou efeitos reservados ao colegiado. A condição de candidatura sob análise judicial deveria, portanto, ser preservada até o julgamento do recurso pelo plenário.

Risco na apuração

O horário da decisão de sábado também pesou. Nunes Marques registrou que houve, na sexta-feira, uma sessão virtual destinada a urgências antes do pleito, para a qual o caso não foi encaminhado. Segundo ele, a mudança poucas horas antes da votação, com as urnas preparadas, criava risco de falhas operacionais e inconsistências na divulgação dos resultados.

Como o Paraná elege dois senadores, a nulidade dos votos de uma chapa teria reflexos na apuração e na proclamação dos eleitos. Uma eventual reforma posterior poderia exigir nova totalização e atingir resultados já divulgados, enquanto a preservação dos registros permite cumprir a decisão futura do plenário.

Se o registro for deferido, os votos permanecerão válidos. Se for indeferido, receberão o tratamento previsto nas regras eleitorais para votos anulados sob análise judicial, sem eliminar previamente a possibilidade de uma decisão favorável ao candidato.

DADOS

● **Registro foi mantido** como "deferido com recurso".

Os votos foram processados com validade condicionada.

A decisão final ainda cabe ao plenário do TSE.

Limites da suspensão

A liminar preservou expressamente o acórdão que havia referendado a tutela cautelar anterior, nos termos em que foi aprovado pelo plenário. Por isso, a suspensão da decisão de sábado não deve ser confundida com a revogação automática de todas as restrições impostas anteriormente à candidatura.

A ordem foi encaminhada para cumprimento urgente antes do início do pleito. Seu efeito é preservar a votação até o julgamento que definirá a validade final dos votos da chapa.

TRE manda Chiquini apagar vídeo e fiscalizar estrutura com boneco de Lula

Decisão distingue ofensas a trabalhadores de campanha da crítica política e determina verificação de propaganda em via pública de Maringá

Redação
Cascavel

●O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná determinou que Jeffrey Chiquini retire das redes sociais um vídeo com ofensas a trabalhadores da campanha de Renato Freitas. Na mesma decisão, a desembargadora federal Cláudia Cristina Cristofani ordenou a fiscalização de uma estrutura de propaganda em Maringá, com tenda, faixas, banners e boneco em tamanho real do presidente Lula.

A representação foi apresentada por Renato Freitas contra Chiquini, ambos candidatos a deputado federal. Segundo o pedido, o vídeo publicado em 27 de setembro, gravado em Maringá, utiliza expressões como "ladrão", "vagabundo" e "lixo" contra pessoas que trabalhavam na campanha adversária.

Na análise preliminar, a magistrada classificou os vocábulos como "agressão verbal direta e abusiva à dignidade de pessoas atuantes no pleito" e considerou que ultrapassam os limites da liberdade de manifestação. A rápida disseminação nas redes e a proximidade da eleição foram apontadas como razões para a intervenção urgente.

Remoção e fiscalização

A tutela foi parcialmente concedida, com prazo de duas horas para remover o vídeo dos endereços indicados no YouTube, Instagram e Facebook. Chiquini também foi proibido de republicar ou impulsionar o mesmo conteúdo, sob pena de multa diária de R$ 5 mil por cada nova publicação.

Ao examinar as imagens, a juíza identificou uma estrutura física de campanha instalada em via pública de Maringá. A decisão menciona uma grande tenda vermelha, mesas, cadeiras, faixas, banners e um boneco do presidente, conjunto que, pela dimensão e identidade visual, pode produzir efeito equivalente ao de um outdoor.

O tribunal determinou o envio de carta de ordem ao juízo eleitoral responsável pela fiscalização no município. Se forem constatados materiais irregulares em bem público ou de uso comum, deverão ser identificados os responsáveis e recolhidos os artefatos, conforme o comando judicial.

A apreensão depende da constatação da irregularidade no local. A decisão também prevê a apresentação de defesa de Chiquini e posterior manifestação da Procuradoria Regional Eleitoral.

A FRASE

"Agressão verbal direta e abusiva à dignidade de pessoas atuantes no pleito"

CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI
Desembargadora federal e juíza auxiliar do TRE-PR

TRE manda rede de postos retirar vídeo eleitoral de Filipe Barros

Publicação em perfil empresarial citava candidaturas e números de urna; ordem prevê multa por atraso e também alcança diligências dos candidatos

Redação
Cascavel

●O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná determinou que a Rede 77 de Postos de Jataizinho retire do seu perfil comercial no Instagram um vídeo de propaganda eleitoral com Filipe Barros. A juíza auxiliar Adriana de Lourdes Simette fixou prazo de duas horas, contado da intimação, e multa de R$ 3 mil por hora de atraso, limitada a R$ 30 mil.

A ação foi proposta pelo Ministério Público Eleitoral contra a empresa, Filipe Barros e Luis Felipe Bonatto Francischini. Segundo a representação, o vídeo publicado em 29 de setembro apresentava agradecimento pelo apoio à campanha, referências às candidaturas de Filipe Barros ao Senado, Felipe Francischini a deputado federal e Lu Bonato a deputada estadual, além dos respectivos números de urna.

Reprodução

A magistrada considerou caracterizada a natureza eleitoral da mensagem. Destacou que a legislação proíbe propaganda eleitoral em páginas e perfis de pessoas jurídicas na internet, mesmo quando gratuita, e que a restrição decorre do meio usado para divulgar o conteúdo.

Filipe Barros e Francischini também devem, no mesmo prazo, diligenciar junto à empresa para a retirada da publicação, sob multa de R$ 3 mil por hora de atraso, até R$ 30 mil. A ordem, porém, não antecipa a conclusão sobre a responsabilidade dos candidatos nem a aplicação da sanção eleitoral, questões que exigem exame individualizado, inclusive do prévio conhecimento.

A juíza negou o pedido de uma proibição genérica de futuras postagens, restringindo a liminar ao vídeo identificado no processo. Entendeu que conteúdos ainda inexistentes não poderiam ser previamente examinados, preservando a possibilidade de novas medidas caso outra conduta concreta seja apresentada à Justiça Eleitoral.

NÚMERO

R$ 30

Limite da multa por atraso no cumprimento da ordem de retirada do vídeo. A decisão prevê R$ 3 mil por hora após o prazo de duas horas, contado da intimação